



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

**PROJETO DE REGULAMENTO
DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS TRANSPORTES ESCOLARES**

Preâmbulo

Considerando a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais, nomeadamente no artigo 23º que prevê, em concreto, as competências das autarquias nas áreas dos Transportes e Comunicação e da Educação, concretamente na alínea c) e d) do nº 2 do artigo referido, incumbindo ao Município assegurar os transportes escolares;

Considerando a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que prevê na alínea gg) do nº 1 do artigo 33º a competência das Câmaras Municipais na organização e gestão dos transportes escolares;

Considerando o Regulamento da Ação Social Educativa (2013 – 2014) definido pela Portaria 66/2013 de 31 de julho, que regulamenta a Ação Social Educativa na Região Autónoma da Madeira, sobre o apoio ao transporte escolar pelo artigo 14.º, nº 11, estipula que “A organização, controlo e receitas resultantes do funcionamento dos transportes escolares das crianças e alunos da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, são da competência dos municípios de residência dos alunos, nos termos da legislação respetiva em vigor.”;

Considerando também a Lei nº 13/2006, de 17 de abril, que define o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins-de-infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de atividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres, com implicações diretas nos transportes escolares.

Vem o presente regulamento definir e clarificar as normas de utilização e cedência do transporte escolar para os alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário do concelho de Santa Cruz de forma a potenciar uma maior coordenação e organização dos transportes.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I
PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1º
(Competência e objetivo)

1. Compete ao Município de Santa Cruz assegurar o transporte dos alunos residentes na área do concelho, entre a localidade (ou ponto onde toma o transporte) e os estabelecimentos de ensino, de forma gratuita, destinando-se aos alunos que residam em localidades que não dispõem de estabelecimentos de ensino acessíveis a pé, em termos de distância ou de tempo, nem de transportes públicos ou em casos cuja idade dos alunos não lhes permita efetuar sozinhos os percursos a pé ou de transporte público, sendo-lhes facultado um esquema adequado de transporte escolar.
2. Na efetivação do transporte escolar serão utilizados para o ensino pré-escolar e de 1º ciclo os veículos municipais.

Artigo 2º
(Organização)

1. Compete à Câmara Municipal de Santa Cruz organizar anualmente um plano de transportes escolares, conjugando e complementando a rede de transportes públicos, de acordo com a procura verificada em cada ano letivo.
2. A delegação escolar/estabelecimentos de ensino ficarão responsáveis por entregar à Câmara Municipal os elementos necessários para a concretização do plano de transportes escolares, nomeadamente o número de alunos que irão utilizar o transporte, as localidades de proveniência, grupo etário, níveis de ensino e horário escolar.
3. Todos os pedidos para o acesso ao transporte escolar deverão ser entregues na respetiva delegação escolar/estabelecimento de ensino, mediante o preenchimento de um formulário tipo e, posteriormente, entregue à autarquia.
4. O plano de transportes escolar é o instrumento de gestão deste processo e deverá ser submetido, anualmente, até 15 de julho, à apreciação do executivo em funções.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

5. Por razões de ordem conjuntural, o plano de transportes poderá ser objeto de ajustamentos no decurso do ano letivo a que respeita.

CAPÍTULO II
CONDIÇÕES DE ACESSO

Artigo 3º
(Acesso ao transporte escolar)

1. A rede de transportes escolares do concelho de Santa Cruz destina-se apenas aos alunos residentes no concelho de Santa Cruz, que frequentam os estabelecimentos de ensino público do concelho, nomeadamente o ensino pré-escolar e 1º ciclo, e que preenchem as seguintes condições:

1.1 Ensino Pré – escolar e 1º ciclo do Ensino Básico

- a) Os alunos que frequentam o estabelecimento de ensino da sua área de residência, cuja distância entre a residência e o estabelecimento de ensino seja igual ou superior a 2 Km;
- b) Os alunos que frequentam o estabelecimento de ensino da sua área de residência e que, apesar da distância entre a residência e o estabelecimento de ensino não seja superior a 2 Km, tenham graves dificuldades no acesso, provocado pelo excesso de trânsito, passagem por vias perigosas ou com cota de inclinação superior a 150 metros e/ou residam em zona não abrangida por rede de transportes públicos;
- c) Os alunos que frequentam o estabelecimento de ensino da sua área de residência e que, apesar da distância entre a residência e o estabelecimento de ensino **não ser superior a 2Km**, detenham comprovadamente - mediante atestado médico, dificuldades motoras que impossibilitam o acesso ao estabelecimento de ensino, ou pela situação socioeconómica ou outro tipo de carência social, devidamente comprovada, possam justificar o acesso ao mesmo;
- d) Os alunos matriculados compulsivamente fora da sua área de residência, por não haver vaga, desde que frequentem um estabelecimento de ensino situado a uma distância igual ou superior a 2 Km da sua residência ou caso se verifique graves dificuldades no acesso,



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

provocado pelo excesso de trânsito e passagem por vias perigosas, nomeadamente passagens por vias ferroviárias e outras no mesmo âmbito que se venham a verificar;

e) Os alunos matriculados compulsivamente fora da sua área de residência, por motivos de carácter psicológico ou relacionados com questões judiciais, desde que comprovadas por atestado psicológico ou pelo tribunal, respetivamente, e desde que frequentem um estabelecimento de ensino situado a uma distância igual ou superior a 2 Km da sua residência ou caso se verifique graves dificuldades no acesso, provocado pelo excesso de trânsito e passagem por vias perigosas, nomeadamente passagens por vias ferroviárias e outras no mesmo âmbito que se venham a verificar;

f) Em caso de mudança do local de residência, desde que o aluno se mantenha a residir no Concelho de Santa Cruz e seja comprovado com uma informação da escola a referir a necessidade de manter o aluno no mesmo estabelecimento de ensino.

2. Entende-se por estabelecimento de ensino da sua área de residência, aquele que se encontra no mesmo concelho de residência do aluno e que esteja mais próximo do seu local de residência.

3. O acesso à rede de transporte escolar do município está sujeito às condições estabelecidas na portaria respeitante ao Regulamento da Ação Social Educativa da RAM, em vigor à data da candidatura.

Artigo 4º

(Acesso ao transporte escolar – Ensino Especial)

1. É assegurado o transporte escolar aos alunos com necessidades educativas específicas, nomeadamente portadores de deficiência, com dificuldades de mobilidade ou falta de autonomia, que frequentem o ensino público ou instituições de ensino especial fora da área de sua residência, desde que a distância entre a residência e o estabelecimento de ensino que frequentam seja igual ou superior a 2 Km.

2. Os alunos que frequentam o estabelecimento de ensino da sua área de residência e que, apesar da distância entre a residência e o estabelecimento de ensino **não ser superior** a 2Km, detenham comprovadamente - mediante atestado médico, dificuldades motoras que



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

impossibilitam o acesso ao estabelecimento de ensino, ou pela situação socioeconómica ou outro tipo de carência social, devidamente comprovada, possam justificar o acesso ao mesmo;

3. O acesso à rede de transporte escolar do município está sujeito às condições estabelecidas na portaria respeitante ao Regulamento da Ação Social Educativa da RAM, em vigor à data da candidatura.

Artigo 5º
(Rede de transportes escolares municipais)

1. A rede de transportes municipais é gratuita e destina-se aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico nas condições anteriormente referidas;
2. Aos alunos do ensino pré-escolar, básico ou secundário em situação de doença ou deficiência que condicione a mobilidade do aluno no percurso casa-escola e que não possam utilizar transportes públicos, será assegurado um meio de transporte adequado à sua condição, desde que a sua situação seja devidamente comprovada por relatório médico.
3. As viaturas municipais efetuarão o transporte escolar de acordo com os horários de entrada e de saída dos estabelecimentos de ensino.
4. A delegação escolar/estabelecimento de ensino será sempre responsável pelos seus alunos, até à hora do transporte, mesmo na situação em que por ausência de professor ou qualquer outra circunstância, não haja atividade letiva.
5. O encarregado de educação será, sempre, responsável pela deslocação do seu educando entre o local da sua residência e o ponto de paragem do transporte escolar.
6. As paragens das viaturas municipais afetas ao transporte escolar serão definidas no Plano de Transportes e estarão de acordo com as necessidades dos alunos e com a legislação em vigor.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO III
PROCEDIMENTO DE ACESSO

Artigo 6º
(Processo de organização e acesso)

1. Compete à delegação escolar/estabelecimentos de ensino do concelho de Santa Cruz, organizar o processo de acesso ao transporte escolar por parte dos seus alunos, o qual será posteriormente analisado e validado pela Câmara Municipal de Santa Cruz.
2. É da responsabilidade da delegação escolar/estabelecimento de ensino, divulgar os requisitos necessários para que os alunos possam beneficiar de apoio em transporte, facultando o presente regulamento, bem como informando os pais/encarregados de educação sobre o resultado do seu pedido.
3. O pedido, para efeitos de benefício de transporte escolar, é realizado anualmente no ato da matrícula ou na renovação, para o ano escolar seguinte.
4. A delegação escolar/estabelecimentos de ensino validarão as informações constantes na ficha em espaço reservado para o efeito.
5. Os pedidos serão remetidos, anualmente, para os serviços municipais até ao dia 15 de julho.

Artigo 7º
(Exceção à candidatura)

Após a data prevista no artigo anterior, apenas, serão aceites candidaturas para concessão de transporte escolar nas seguintes condições:

- a) Transferência de escola, por motivo de alteração de residência do agregado familiar do aluno;
- b) Transferência de escola, por motivo de alteração de escolha do curso e disciplina específica;
- c) Matrícula realizada tardiamente, devendo nesta situação, os pais/encarregados de educação comprovar o motivo pelo qual a mesma não se realizou dentro do prazo estabelecido.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

Artigo 8º
(Pedido de atribuição de transporte escolar)

1. A ficha de solicitação de transporte escolar para a concessão de transporte escolar, deve obrigatoriamente fazer-se acompanhar dos seguintes documentos:

- a) Cópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte **ou** cartão de cidadão do aluno
- b) Cópia do bilhete de identidade e de contribuinte **ou** cartão de cidadão do encarregado de educação
- c) Comprovativo de residência do agregado familiar do aluno (de acordo com o artigo 9º)
- d) Comprovativo de Abono de Família, se aplicável

No caso de pertencer ao ensino especial além dos documentos anteriores deve anexar também:

- a) Tipo de deficiência / declaração de incapacidade

Artigo 9º
(Prova de residência)

1. Para efeitos de prova de residência do aluno devem ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Residência própria e permanente – recibos de água ou luz ou gás;
- b) Residência arrendada - recibos de água ou luz ou gás ou contrato de arrendamento;
- c) Outras situações – atestado da Junta de Freguesia da área de residência.

2. Os documentos supra mencionados reportam-se ao ano civil em que se realiza a candidatura de acesso aos transportes escolares.

3. Entende-se por residência do aluno a mesma que a do seu agregado familiar ou encarregado de educação.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

4. Para efeitos de distância casa – escola, considera-se o portão de acesso à propriedade como sendo o da habitação, sendo esta norma aplicada quer no caso das moradias e andares quer nas grandes propriedades, em que a habitação pode estar muito afastada da via pública.

Artigo 10º
(Análise do pedido)

1. A Câmara Municipal de Santa Cruz analisará os pedidos e informará a delegação escolar/estabelecimentos de ensino, dos alunos com direito a transporte escolar, até 31 de julho de cada ano.
2. No caso de indeferimento, a Câmara Municipal informará a delegação escolar/estabelecimento de ensino e o encarregado de educação para este se pronunciar em audiência de interessados do motivo que levou à sua exclusão, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
3. No caso da não entrega dos documentos comprovativos no prazo estabelecido, proceder-se-á à exclusão do candidato.

Artigo 11º
(Identificação do beneficiário)

Os alunos que utilizem a rede de transportes municipal devem proceder ao levantamento de um cartão de identificação, junto do serviço de educação da Câmara Municipal. Este cartão deve ser apresentado sempre que solicitado ao motorista ou vigilante.

Artigo 12º
(Reclamações)

1. As eventuais reclamações devem ser formuladas por escrito, no prazo de dez dias úteis, a contar da data de receção da comunicação referida no artigo anterior do presente Regulamento.
2. As reclamações devem ser dirigidas à Câmara Municipal de Santa Cruz.
3. O resultado da reclamação deverá ser posteriormente comunicado aos interessados.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

Artigo 13º
(Penalizações)

1. Os alunos perdem o direito à utilização do transporte escolar nos casos em que:
 - a) Deixem de frequentar com regularidade o estabelecimento de ensino, reprovem por faltas, ou sejam expulsos;
 - b) Utilizem indevidamente ou de forma irresponsável o transporte, nomeadamente quando pratiquem atos de vandalismo;
 - c) Manifestem com frequência comportamentos agressivos para com os colegas, vigilante e motorista;
 - d) As orientações/recomendações do vigilante e/ou motorista não sejam respeitadas, pondo em causa a segurança do percurso;
 - e) Não compareçam sem aviso prévio e sem justificação por 3 vezes consecutivas ou 5 vezes interpoladas.

Artigo 14º
(Participação criminal)

As falsas declarações implicarão, independentemente de participação criminal, a suspensão do transporte escolar.

CAPÍTULO IV
REQUISITOS PARA VIATURAS, MOTORISTAS E VIGILANTES

Artigo 15º
(Licenciamento e identificação de viaturas)

1. As viaturas utilizadas no transporte de crianças estão sujeitas a licença, emitida pela DGTT, válida pelo prazo de dois anos e renovável por igual período, nos termos definidos pela legislação em vigor.
2. A licença a que se refere o número anterior é emitida, ou renovada, após inspeção específica realizada pela Direção-Geral de Viação (DGV) que ateste o cumprimento das condições de segurança estabelecidas no artigo 21.º.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

3. A licença é automaticamente suspensa nos seguintes casos:
 - a) Não aprovação do automóvel na inspeção técnica periódica;
 - b) Antiguidade do automóvel superior a 16 anos, contada desde a primeira matrícula após fabrico;
 - c) Falta do respetivo seguro.
4. As viaturas utilizadas no transporte de crianças devem estar identificadas com um dístico, cujo modelo é fixado por portaria do Governo responsável pela área dos transportes.
5. As viaturas utilizadas por empresas licenciadas nos termos da legislação em vigor, devem ainda ostentar uma placa com o número do respetivo alvará.
6. Os modelos dos dísticos de identificação dos números da licença da viatura e alvará referidos nos números anteriores são aprovados por despacho do diretor-geral dos Transportes Terrestres.

Artigo 16º
(Certificação para motoristas)

1. A condução de viaturas afetas ao transporte de crianças só pode ser efetuada por motoristas que possuam um certificado emitido pela DGTT, válido por cinco anos, cujas condições são definidas por portaria do membro do Governo que tutela os transportes, tendo em conta, designadamente, os seguintes requisitos:
 - a) Habilitação legal para conduzir a categoria automóvel em causa;
 - b) Experiência de condução de, pelo menos, dois anos;
 - c) Documento comprovativo de inspeção médica, aferidor de aptidão física e psicológica, nos termos do que é exigido para os motoristas de viaturas pesados de passageiros;
 - d) Idoneidade dos motoristas;
 - e) Frequência e aprovação de ação de formação profissional, adequada ao desempenho da função e respetiva renovação, quando haja lugar à mesma.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

Artigo 17º
(Idoneidade dos motoristas)

1. Considera-se indiciador de falta de idoneidade para a condução de viaturas para transporte de crianças a declaração judicial de delinquente ou a condenação por decisão transitada em julgado:

- a) Em pena de prisão efetiva, pela prática de qualquer crime que atente contra a vida, a integridade física ou a liberdade pessoal;
- b) Pela prática de crime contra a liberdade e a autodeterminação sexual;
- c) Pela prática dos crimes de condução perigosa de automóvel rodoviário e de condução de veículo em estado de embriaguez ou sob influência de álcool;

2. A condenação pela prática de um dos crimes ou contraordenações, previstos no número anterior não afeta a idoneidade de todos aqueles que tenham sido reabilitados, nem impede a DGTT de considerar, de forma justificada, que estão reunidas as condições de idoneidade, tendo em conta, nomeadamente, o tempo decorrido desde a prática dos factos.

3. É aplicável a cessação do certificado sempre que se verificar qualquer das situações previstas no nº 1.

4. O requisito das condições de idoneidade é definido em portaria.

Artigo 18º
(Idoneidade dos vigilantes)

1. No transporte de crianças é assegurada, para além do motorista, a presença de um acompanhante adulto designado por vigilante, a quem compete zelar pela segurança das crianças.

2. São assegurados, pelo menos, dois vigilantes quando:

- a) O veículo automóvel transportar mais de 30 crianças ou jovens;
- b) O veículo automóvel possuir dois pisos.

3. A presença do vigilante só é dispensada se o transporte for realizado em automóvel ligeiro de passageiros.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

4. O vigilante ocupa um lugar que lhe permita aceder facilmente às crianças transportadas, cabendo-lhe designadamente:
 - a) Garantir, relativamente a cada criança, o cumprimento das condições de segurança, bem como a apresentação da identificação prevista no artigo 10º;
 - b) Acompanhar as crianças no atravessamento da via, usando colete retrorrefletor e raqueta de sinalização, devidamente homologados.
5. Cabe à entidade que organiza o transporte coordenar as ações do vigilante, vigilante esse a ser proposto pelo respetivo estabelecimento de ensino que deverá proceder à comprovação da sua idoneidade.
6. Considera-se indiciador de falta de idoneidade para exercer a atividade de vigilante a condenação transitada em julgado:
 - a) Em pena de prisão efetiva, pela prática de qualquer crime que atente contra a vida, a integridade física ou a liberdade pessoal;
 - b) Pela prática de crime contra a liberdade e a autodeterminação sexual;
7. As condenações previstas no número anterior não afetam a idoneidade de todos aqueles que tenham sido reabilitados, nem impedem a entidade organizadora do transporte de considerar, de forma justificada, que estão reunidas as condições de idoneidade do vigilante.

CAPÍTULO V
REGRAS PROCEDIMENTAIS

Artigo 19º
(Organização e gestão dos transportes escolares)

1. A Câmara Municipal pretende através deste regulamento definir regras procedimentais, no sentido de clarificar as já existentes em matérias de transporte escolar de crianças e jovens.
2. As alterações prevêm a introdução de formulários e registos de apoio à coordenação dos serviços, bem como a obrigação à sua utilização diariamente.
3. O presente regulamento toma em consideração as observações recebidas na sequência de acontecimentos anteriores, pelo que a adoção correta destas regras e procedimentos visa garantir a eficiência e operacionalidade dos serviços.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

Artigo 20º
(Lotação)

1. A cada criança corresponde um lugar sentado na viatura, não podendo a lotação da mesma ser excedida.
2. Nas viaturas com mais de nove lugares, as crianças menores de 12 anos não podem sentar-se nos lugares contíguos ao do motorista e nos lugares da primeira fila.
3. Excetuam-se do disposto no número anterior as viaturas que possuam separadores de proteção, devidamente homologados, entre o motorista e os lugares dos passageiros.

Artigo 21º
(Segurança)

1. Todos os lugares das viaturas utilizadas no transporte de crianças devem estar equipados com cintos de segurança, devidamente homologados, cuja utilização é obrigatória, nos termos da legislação específica em vigor.
2. As viaturas matriculadas antes da data de entrada em vigor da presente lei devem dispor de cintos de segurança com três pontos de fixação ou subabdominais.
3. As portas das viaturas afetas ao transporte de crianças só podem ser abertas pelo exterior ou através de um sistema comandado pelo motorista e situado fora do alcance das crianças.
4. Com exceção da janela correspondente ao lugar do motorista, as janelas das viaturas a que se refere o número anterior devem possuir vidros inamovíveis ou travados a um terço da abertura total.
5. As viaturas utilizadas no transporte de crianças devem estar equipadas com tacógrafo devidamente homologado.
6. As viaturas utilizadas no transporte de crianças devem estar providas com extintor de incêndios e caixa de primeiros socorros, cujas características são fixadas por despacho do diretor-geral de Viação.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO VI
DEVERES E OBRIGAÇÕES

Artigo 22º
(Definição e atribuição de circuitos)

1. A Câmara Municipal em parceria com a delegação escolar e com as entidades que asseguram os transportes devem definir, anualmente, os circuitos de modo a garantir uma melhor operacionalidade e eficiência no cumprimento dos horários.
2. Sempre que necessário, no fim de cada período escolar deve ocorrer uma reunião para redefinição/aperfeiçoamento dos circuitos.

Artigo 23º
(Deveres do Motorista/Vigilante no transporte)

1. No início de cada transporte, deve o motorista/vigilante garantir:
 - a) Recolha atempada do(s) vigilante(s)
 - b) Confirmação do circuito, cumprindo o horário vs pontos de recolha das crianças
 - c) Entrega e recolha da criança conforme estipulado pelo Encarregado de Educação (no Termo de Responsabilidade”) – nos casos em que não aconteça, deve o vigilante (ou o motorista na ausência deste) registar esse facto no registo de bordo
 - d) Colocação do cinto de segurança de todas as crianças a bordo
 - e) Verificação da viatura sempre no final de cada transporte, nomeadamente na chegada à escola e no fim do circuito (garantir que não ficou esquecido bens ou crianças)
 - f) No fim do circuito deve preencher (com o vigilante) a folha de “Registo de Bordo”, e relatar qualquer ocorrência no mesmo
2. Na recolha ou entrega de uma criança no ponto estabelecido e quando não esteja presente um responsável/encarregado de educação (como designado no “Termo de Responsabilidade”) no local, deve o motorista/vigilante verificar se está a cumprir o horário pré-definido e contactar o responsável (nome e contacto indicado no Registo de Bordo).
3. Se o responsável, por telefone, indicar que não estará ninguém presente na entrega/recolha, o mesmo deve ser registado nas ocorrências diárias do “Registo de Bordo”.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

Artigo 24º
(Deveres do Encarregado de Educação)

1. Os **Encarregados de Educação** dos alunos, devem respeitar as seguintes condições:
 - a) Indicar quem deverá entregar e receber os alunos no local de residência;
 - b) Respeitar e cumprir o horário previsto (e tolerância) de saída e chegada da viatura ao local de residência;
 - c) Acompanhar os alunos na entrada e saída das viaturas, se aplicável;
 - d) Preencher o **Termo de Responsabilidade** em que conste quem deverá entregar e receber o educando no local de residência **ou** se autorizam que a criança esteja sozinha;
 - e) Avisar, atempadamente a entidade transportadora, no caso de ausência do aluno ou mudança da pessoa que, habitualmente, o entrega e recebe no local designado, se aplicável.

Artigo 25º
(Tolerância)

2. Deve constar nos mapas de circuito a hora de referência de paragem em cada ponto de recolha, bem como definidos os minutos aos quais o motorista deve dar tolerância até sair do lugar.
3. A sua definição deve também ter em conta um possível atraso da viatura até 5 minutos numa média inferior a 2 ou 3 minutos.
4. A não comparência, sem aviso prévio e justificação, por 3 vezes consecutivas ou 5 interpoladas pode incorrer na perda do direito ao transporte para o ano letivo em vigor.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25º
(Suspensão do transporte escolar)

1. À Câmara Municipal reserva-se o direito de suspender o serviço de transporte escolar, efetuado pelos transportes municipais, sempre que, por motivos alheios à sua vontade, este não possa ser assegurado integralmente.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

2. Em caso de suspensão do serviço, a Câmara Municipal de Santa Cruz publicitará a mesma, através dos meios mais adequados, informando a delegação escolar/estabelecimento de ensino.
3. Todas as situações omissas no presente regulamento serão submetidas para apreciação do(a) Vereador(a) com o pelouro da Educação.

Artigo 26º
(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil após a sua publicação.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

SÍNTESE LEGAL

Adiante apresenta-se um resumo dos principais requisitos para cumprimento do legalmente disposto. A informação apresentada no presente documento não dispensa a consulta dos diplomas referenciados.

Atividade	Veículo	Requisitos
Atividade Principal	O veículo ligeiro (até nove lugares incluindo o condutor) ou pesado de passageiros	<ul style="list-style-type: none">▪ Livrete e título de registo automóvel ou documento único▪ Seguro▪ Inspeção periódica▪ Licença de veículo para transporte coletivo de crianças▪ Caixa de 1ºs socorros▪ Tacógrafo▪ Extintor▪ Colete Refletor▪ Carta de Condução e certificado para transporte

Tabela 1 – Requisitos Legais dos veículos

Fase do Transporte	Principais Precauções
Cuidados que os condutores devem assegurar antes de iniciar o transporte	<ol style="list-style-type: none">1. Observar se todas as crianças têm o cinto de segurança devidamente colocado;2. Bagagens/mochilas devidamente acondicionadas3. Ligar as luzes de cruzamento (médios)
Cuidados que os condutores devem assegurar na chegada ao destino	<ol style="list-style-type: none">1. Antes de imobilizar o veículo, ligar os sinais avisadores de perigo (quatro piscas);2. Quando for possível, estacionar os veículos em locais apropriados para o efeito, onde as crianças não tenham que atravessar nenhuma artéria, rua, etc.;3. Verificar a viatura e garantir que não ficam esquecidos bens ou crianças;4. Garantir o preenchimento do Registo de Bordo.

Tabela 2 – Precauções a considerar no transporte



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DE EDUCAÇÃO

FUNDAMENTO LEGAL:

- Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigo 23º, nº 2, alíneas c) e d);
- Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigo 33º, nº 1, alínea gg);
- Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, artigo 25º, nº 1;
- Lei n.º 13/2006, de 17 de abril;
- Regulamento da Ação Social Educativa (2013 – 2014) definido pela Portaria 66/2013 de 31 de julho, publicado no JORAM, II Série, nº 102, suplemento;
- Portaria 1350/2006, de 27 de novembro;
- Código do Procedimento Administrativo.